

## **EDUCAÇÃO E POBREZA: UMA DISCUSSÃO URGENTE E NECESSÁRIA.**

Bárbara Diniz Lima Vieira Arruda;  
Germana de Sousa Vieira;  
Glauber Barreto Luna.

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE / barbaradinizsilva@yahoo.com.br;  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE  
Universidade Federal do Ceará – UFC*

A proposta dessa reflexão teórica parte de inquietações desenvolvidas durante um curso de Especialização intitulado Educação, Pobreza e Desigualdades Social, promovido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI em parceria com a Universidade Federal do Ceará – UFC que se propunha a discutir como a pobreza e a desigualdade social são pensadas dentro da escola, no cotidiano da sala de aula e também nos currículos e demais documentos educacionais. Nosso ponto de partida é a concepção de que a escola cumpre um papel de reprodução e legitimação das desigualdades sociais. Ela não é uma instituição neutra, tendo em vista que se modelo curricular e didático, sua forma de avaliação, de organização da estrutura institucional representa os valores dos grupos dominantes, legitimados como cultura geral. No entanto, podemos pensar que ela é também um lugar de produção de muitas resistências e portanto um espaço contraditório ou um campo de lutas. A partir disso, nosso ponto de partida foi pensar como a escola tem trabalhado no cotidiano de suas práticas com a pobreza. Como os coletivos desiguais se veem e são acolhidas pela escola? Como tem sido discutida a pobreza pelos professores, principalmente da educação básica? Nesse sentido, esse artigo tem como objetivo a partir de uma pesquisa bibliográfica discutir a relação entre pobreza e educação. Para tanto utilizamos uma pesquisa na base de dados da Scientific Electronic Library On Line – Scielo, no período de 2012 à 2016. Os descritores foram educação e pobreza, uma vez que na combinação educação, pobreza e desigualdade social apareceu somente um trabalho. Os resultados da pesquisa bibliográfica apontaram uma compreensão da relação entre pobreza e educação sob dois ângulos: um que aborda a educação como mola propulsora do desenvolvimento econômico do país e como combate a pobreza e as desigualdades sociais, e outro que enfatiza o binômio inclusão/exclusão social através da educação. A inclusão social dos pobres seria papel da educação e a exclusão também compreendida como uma ausência de educação. A partir da análise das duas compreensões e amparados pelos autores como Yanoullas (2012), Arroyo (2005) e Meszáros (2008) apontamos como achados iniciais para a discussão da relação entre pobreza e educação evitar compreender a pobreza sob uma única perspectiva, a econômica, que contempla exclusivamente a falta de renda e limita um valor que determina o ingresso ou não da população pobre em programas sociais, desconsiderando as diferentes facetas que a condição de pobreza se apresenta para milhões de pessoas. A relação entre pobreza e educação é bastante complexa e deve ser pautada e construída nas escolas a partir de um diálogo com os coletivos desiguais e movimentos sociais que vem fazendo um papel de resistência diante de tamanhas violações de direitos e desmonte dos serviços públicos.

**Palavras-chave:** pobreza; educação; escola.

## INTRODUÇÃO

A proposta dessa reflexão teórica parte de inquietações desenvolvidas durante um curso de Especialização intitulado Educação, Pobreza e Desigualdades Social<sup>1</sup> que se propôs a discutir como a pobreza e a desigualdade social são pensadas dentro da escola, no cotidiano da sala de aula e também nos currículos e demais documentos educacionais.

A educação como prática libertadora deve conceber uma formação voltada não somente para o trabalho, mas prioritariamente para uma emancipação social, possibilitando aos sujeitos mudanças mais imediatas nas condições impostas pelo mundo do trabalho, tendo sempre como horizonte uma transformação mais profunda nas bases de reprodução socioeconômica.

Existe um consenso em torno da compreensão de que os processos educacionais estão intimamente ligados aos processos de reprodução social, por isso pensar em reformas educacionais que se proponham a ir além de pequenas correções de detalhes defeituosos da ordem estabelecida é também pensar em transformações que rompam com a lógica produtiva imposta pelo capital (MESZAROS, 2008).

Nossa reflexão se voltou ao papel da escola como reprodutora das desigualdades sociais vigentes ou como local de resistência e criação de novas perspectivas de sociabilidade. De acordo com Bourdieu (2012) há muito tempo a escola cumpre um papel de reprodução e legitimação das desigualdades sociais. Ela não é uma instituição neutra, tendo em vista que seu modelo curricular e didático, sua forma de avaliação, de organização da estrutura institucional representa os valores dos grupos dominantes, legitimados como cultura geral.

A partir disso, nosso ponto de partida foi pensar como a escola tem trabalhado no cotidiano de suas práticas com a pobreza. Como os coletivos desiguais<sup>2</sup> se veem e são acolhidas pela escola? Como tem sido discutida a pobreza pelos professores, principalmente da educação básica? Nesse sentido, esse artigo tem como objetivo a partir de uma pesquisa bibliográfica discutir a relação entre pobreza e educação.

De acordo com a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) o acesso ao ensino fundamental foi praticamente universalizado, com 97,7%

---

<sup>1</sup> O curso citado foi promovido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI em parceria com a Universidade Federal do Ceará – UFC.

<sup>2</sup> Termo criado por ARROYO (1999) para se referir aos segmentos que vivem em situação de vulnerabilidade social ou tem constantemente seus direitos violados como os “sem terra”, “sem teto”, negros, índios etc.

de frequência dos jovens de 7 a 14 anos, no entanto quando analisamos a progressão dos alunos para o ensino médio, apenas 48,9% dos jovens de 15 a 17 anos estão nesta etapa. Tais dados revelam que o acesso à educação diminui à medida que o nível vai ficando mais elevado. Nas classes populares esses dados tomam proporções ainda maiores, tendo em vista que o acesso a educação é um dos grandes responsáveis pela mobilidade e ascensão social.

A justificativa e a relevância desta pesquisa se explicam pela urgência em se discutir a pobreza na escola, tendo em vista que ela interfere no processo de aprendizagem, nos relacionamentos interpessoais, na saúde mental etc e, ainda, desconstruir algumas ideias sobre os pobres e a pobreza, principalmente aquela que concebe o pobre como alguém incapaz e a pobreza como castigo ou determinação do sujeito que não foi capaz de sair dessa condição.

## **METODOLOGIA**

Nesse sentido, esse artigo tem como objetivo a partir de uma pesquisa exploratória realizar uma revisão crítica da literatura sobre a relação entre pobreza e educação. Para tanto utilizamos uma pesquisa na base de dados da Scientific Electronic Library On Line – Scielo, no período de 2012 a 2016. Os descritores foram educação e pobreza, uma vez que na combinação educação, pobreza e desigualdade social apareceu somente um trabalho.

A pesquisa bibliográfica permitiu uma atualização sobre a produção acadêmica relevante que enfoca a temática em discussão e ainda nos possibilitou realizar uma leitura e análise crítica sobre os artigos produzidos no período em destaque. Uma grande vantagem desse tipo de pesquisa consiste em permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos e o mapeamento do tipo de produção existente na área.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Na pesquisa bibliográfica foram identificados 36 artigos que versavam sobre quatro enfoques: programas sociais; rural e urbano; territórios; escola. Foram priorizados para análise aqueles que abordavam a escola e os programas sociais, em especial o Programa Bolsa Família – PBF e as condicionalidades na área da educação.

Uma primeira dimensão de análise que destaco é a perspectiva de abordar a educação<sup>3</sup> como mola propulsora do desenvolvimento econômico do país e como combate a pobreza e as desigualdades sociais. A teoria do capital humano<sup>4</sup> é bastante citada para embasar a relação entre educação e pobreza. De acordo com ela, a pobreza tem como consequência direta a falta de habilidades e competências para o sucesso profissional, portanto a oferta de mais educação gera mais produtividade, mais emprego e como consequência um aumento de renda e desenvolvimento econômico e social. A partir disso cria-se a ideia de que os pobres estão nessa condição porque não trabalham e, se não trabalham é porque não tem interesse de se qualificarem de acordo com as exigências do mercado.

Críticas frequentes aos (às) pobres sustentam que eles (as) devem trabalhar – como se já não trabalhassem e fossem suficientemente explorados (as) – e assim terão renda; que, se receberem renda de uma bolsa, irão se tornar ainda mais preguiçosos (as) e não buscarão trabalho. Os programas e as políticas de combate à pobreza são condenados e entendidos como formas de manter os (as) pobres na preguiça, de reproduzir sua rejeição ao trabalho e de mantê-los(as) à margem do desenvolvimento (ARROYO, 2001, p. 34).

Essa compreensão causal da relação entre pobreza e educação esconde uma complexidade de fatores envolvidos que longe de desconsiderar o papel da escolaridade nas possibilidades de mobilidade social, não é possível utilizá-la como fator explicativo para a pobreza, sem problematizar os processos de reprodução social pautados no sistema capitalista, que a originam.

Outra dimensão de análise recorrente sobre a relação educação e pobreza nos artigos pesquisados é o binômio inclusão/exclusão social através da educação. A inclusão social dos pobres seria papel da educação e a exclusão também compreendida como uma ausência de educação. De acordo com Fonseca (2014, p. 7) esse binômio exclusão-inclusão forma os dois lados de uma mesma moeda, da lógica de exploração e dominação do capital. Nesse sentido, qualquer tentativa de explicar o par inclusão/exclusão referenciando a educação como a responsável aparece, no mínimo, como simplista.

É um círculo fechado que se alimenta de si mesmo, tratando-se na verdade de um círculo vicioso, pois pressupõe a reprodução incessante do fenômeno assim como a incessante reprodução ilusória de sua solução. Não existe oposição entre os termos, pois, a lógica que constitui o binômio, eles são

<sup>3</sup> Refiro-me a educação formal.

<sup>4</sup> De acordo com a Teoria do Capital Humano os investimentos na área da educação devem acontecer como uma forma de retorno para o trabalho e para o capital. A Teoria do Capital Humano prega e deposita fortemente o investimento na educação como a forma de provocar uma modificação social.

absolutamente complementares – a mesma circularidade perversa do movimento do capital.

Ainda nessa linha, alguns artigos que enfocam programas de transferência de renda e analisam a condicionalidades previstas, notadamente aquelas vinculadas a educação, como é o caso do PBF<sup>5</sup>, compreendem a educação como principal mecanismo de inclusão dos pobres e possibilidade de sair da condição de pobreza, através da qualificação e inserção no mercado. Os questionamentos que suscitam tal análise é como essa qualificação é pensada para os pobres? Em que condições eles se inserem no mercado de trabalho?

A educação aparece como um investimento cujo consumo ocasionaria a assunção de habilidades e capacidades que garantiriam um retorno individual para aqueles que souberam usufruir das oportunidades dadas.

Yannoulas, Assis e Ferreira (2012, p. 339) ao analisarem a produção científica sobre educação e pobreza no período de 1999 a 2011 enfatizam alguns pontos já explicitados como: 1) a educação como condição ou como estratégia para a ruptura do círculo da pobreza, ou ainda como mecanismo de manutenção da ordem constituída; 2) a situação de pobreza é apontada como algo que deve ser combatido, prevenido.

O primeiro ponto elucida a manutenção de dois polos opostos em torno da educação, o antídoto contra os males da pobreza no polo positivo e reprodutora da ordem social estabelecida no polo negativo. O segundo ponto reforça o entendimento do ponto anterior na medida em que compreende a pobreza sob uma visão técnica que prioriza determinar, pelo quantitativo de renda, quem é pobre e quem não é. E a partir desse reconhecimento combater e prevenir, a partir principalmente de políticas públicas assistenciais.

Como forma de superação da compreensão da relação educação e pobreza pautada em dois polos: um que a aponta como motor para a ruptura da desigualdade social, propiciando a mobilidade social da população; e de outro lado, a educação como reforçadora da desigualdade social na sociedade capitalista, uma vez que o sistema educacional se centra na distribuição de certificações educacionais, exigindo que a população historicamente desfavorecida supra uniformemente as exigências de uma instituição escolar moldada segundo parâmetros que lhe são alheios, proponho, amparada nos artigos citados, uma análise

---

<sup>5</sup> Na área da educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%" (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, 2011).

mais complexa que levem em consideração os currículos escolares criados a partir de normatizações e regulamentações do sistema educacional de ensino, os aportes conceituais de pobreza, educação e também as trajetórias percorridas pelos coletivos desiguais de acordo com o gênero e a etnia.

Rocha (2003) em seu livro, ainda no título, incita ao questionamento “Pobreza no Brasil: afinal do que se trata?” Não temos dúvidas de que se trata de um fenômeno complexo permeado por uma multiplicidade de causalidades e critérios definidores. Uma definição bastante genérica, mas atual é tratar-se de uma situação na qual as necessidades não são atendidas, mas quais necessidades? Qual nível mínimo de necessidade não está sendo atendido? Qual o limite da pobreza? Um único determinante de renda é suficiente para se definir pobreza? Quais valores e percepções de mundo estão escondidos na definição de pobreza e de ser pobre? A pobreza se manifesta igualmente em todos os lugares e períodos históricos?

Pereira (2011) faz uma discussão situando historicamente a relação entre as necessidades humanas e a concepção de mínimos sociais a serem ofertados pelo Estado para garantir a subsistência do trabalhador e afirma que em sua maioria visava somente regular e manter viva as forças laborais pauperizadas, tendo em vista a reprodução social do modo de produção vigente. No século XIX, essa concepção era a de que:

O mínimo de sobrevivência [...] poderia ser uma parca ração alimentar para matar a fome dos necessitados, uma veste rústica para protegê-los do frio, um abrigo tosco contra as intempéries, um pedaço de terra a ser cultivado em regime de servidão, uma renda mínima subsidiada ou um salário mínimo estipulado pelas elites do poder (PEREIRA, 2011, p. 16).

As respostas dadas a pobreza eram destituídas de um ideário de cidadania e de proteção social, reservando-se a caridade e a solidariedade da comunidade. Jean Valjean, personagem principal do livro *Os Miseráveis* de Victor Hugo<sup>6</sup>, ilustra bem o que a condição de pobreza pode causar nas trajetórias de vida dos sujeitos e como a ausência de proteção social dos poderes públicos encerra qualquer esperança de sobrevivência. O discurso arraigado no senso comum é o de que aos pobres qualquer coisa pode, não os cabendo o

---

<sup>6</sup> Jean Valjean perde os pais ainda criança e é criado pela irmã. Ela fica viúva com sete filhos para criar e ele começa a ajudá-la. Sem conseguir emprego, ele rouba um pedaço de pão para comer. É pego e condenado a 10 anos de trabalhos forçados que acrescido de diversas fugas, tornam-se 19 anos. Ao ser solto, não consegue emprego pela condição de ex-presidiário e passa a andar pelas ruas da França e depois cidades da Europa em busca de sobrevivência (HUGO, 2007).

direito de escolha e, muito menos, o direito de saber sobre algo. A negação, portanto, impera em todas as dimensões da vida. À pobreza era atribuída as causas individuais e psicológicas, sendo a mendicância e a vadiagem suas maiores expressões.

No contexto da expansão capitalista do segundo pós-guerra, a pobreza e a miséria assumem outra perspectiva, mais ligada as políticas keynesianas, sendo vista como um problema de distribuição do mercado, como um descompasso na relação oferta/demanda de bens e serviços. De acordo com Montano (2012, p. 3):

[...] o Estado deve passar a intervir em dois sentidos: (a) responder a algumas necessidades (carências)/demandas dessa população carente; (b) criar as condições para a produção e o consumo, incentivando a uma contenção do desemprego ou uma transferência de renda (seguridade social e políticas sociais). Promove-se o chamado "círculo virtuoso" fordista-keynesiano. Para isso, o Estado passa a absorver e organizar parte do excedente e a redistribuí-lo mediante políticas sociais.

Rocha (2003) ao relatar a preocupação dos países desenvolvidos com a pobreza, elabora a tese de que tanto a pobreza como a subsistência são conceitos relativos só podendo ser definidos em relação aos recursos materiais e emocionais disponíveis em determinada época aos membros de uma determinada sociedade. Essa concepção nos remete a noção de pobreza relativa e pobreza absoluta.

Os conceitos de pobreza relativa e absoluta não apresentam limites claros, sendo a primeira mais ligada a satisfação de necessidades, dependendo do modo de vida predominante em questão, enquanto que a pobreza absoluta está estritamente relacionada com a sobrevivência física, biológica. A grande questão dessas definições é, ainda, delimitar o que seria necessidades básicas satisfeitas na pobreza absoluta e o que seria necessidades na pobreza relativa. Quando garanto uma cesta básica para uma família estou satisfazendo uma necessidade básica, a de alimentar-se? Ela, portanto, tem garantida sua sobrevivência física?

Outra problemática se dá quando estabelecemos a renda como único critério para definir se uma população ou família é pobre, definindo linhas limites de pobreza como a extrema pobreza, a indigência, a pobreza absoluta, a relativa etc. O perigo dessa abordagem se dá quando a partir disso, criam-se mecanismos de satisfação de necessidades básicas baseadas nas características especificadas para cada tipo de pobreza. Como se a pobreza fosse apenas um estágio da vida humana que podem ser satisfeito conforme aquilo que o Estado e/ou dos detentores do poder econômico e político consideram mais adequado. Além de naturalizar a

pobreza, o que parece está em jogo são quais necessidades devem ser prioritariamente satisfeitas em contextos de pobreza.

Para fugir de análises singelas, pautadas em concepções marcadamente liberais, hegemônica sob a forma do neoliberalismo, que enfatizam soluções individualistas e pessoais, como a meritocracia, além de uma abordagem orientada por valores morais que situam o pobre como diferente e portador de uma cultura inferior reprodutora da situação de pobreza, é preciso pensar as necessidades como intrinsecamente humanas e, portanto, construídas socialmente a partir de relações sociais.

Na obra *Grundrisse Marx* (2011) explicita que constitui um equívoco limitar a natureza humana à dimensão biológica ou até mesmo econômica e material. “Assim, da essência humana constam não apenas a sobrevivência, mas também qualidades como trabalho, sociabilidade, universalidade, autoconsciência e liberdade” (MARX, 2011, p. 48). Aponta-se um leque de considerações sobre as necessidades humanas serem também sociais.

Pereira (2006, p. 73) nos chama atenção para um critério utilizado para definir necessidades humanas básicas, diferenciando-as de carências materiais, bem como de preferências, desejos, compulsões, sonhos de consumo. Esse se baseia nos efeitos do não atendimento contínuo de necessidades socialmente compartilhadas. “O método consiste em verificar se as consequências desse não atendimento causam sérios danos, ou prejuízos, isto é, se produzem degeneração efetiva na integridade física e na autonomia das pessoas a ponto de condená-las a uma vida sub-humana”.

Tomando como base esse critério, a autora afirma que é possível identificar dois tipos de necessidades humanas básicas percebidas em qualquer sociedade e em qualquer cultura - o que lhes confere caráter objetivo e universal, livrando-as das concepções subjetivas e nas tentativas de relativizar o fenômeno, estabelecendo um ponto de partida ou chegada.

Primeiro, há a necessidade de sobrevivência física, sem a qual, obviamente, ninguém existirá. Segundo, há a necessidade de autonomia, sem a qual nenhum homem ou mulher poderá participar e fazer escolhas genuínas e informadas. Estas duas necessidades são cruciais porque se não forem simultaneamente satisfeitas as pessoas ficarão impedidas de definir valores e crenças e de perseguir quaisquer fins humano-sociais. A inclusão da autonomia no conjunto das necessidades humanas básicas revela a preocupação dos autores de não restringir essas necessidades à dimensão material ou biológica, pelo simples fato de o ser humano não ser só um ser da natureza. (PEREIRA, 2006, p. 74).



A contribuição da reflexão acima se faz fundamental quando se volta o olhar para o contexto neoliberal e a forma como as políticas públicas vêm sendo pensadas e implementadas. O conceito de pobreza implícito numa política pública ou em menor escala, em projetos e programas sociais, informa como será compreendido o segmento a qual a política pretende atender, como serão tratados e principalmente como as ações são propostas para atingir seus objetivos.

De acordo com Silva (2010, p. 10) no campo teórico conceitual sobre a pobreza e sua abordagem pelas políticas públicas sobressaem duas abordagens: a culturalista e a estrutural. A primeira dá centralidade a pobreza a partir dos comportamentos e valores de indivíduos e suas famílias, enfatizando “configurações específicas de traços culturais (atitudes e disposições) que possibilitam a sobrevivência de grupos face aos constrangimentos duradouros a que estão sujeitos nas sociedades capitalistas altamente industrializadas e estratificadas”. A segunda abordagem tem uma inspiração liberal e atribui ao mercado o espaço de satisfação das necessidades econômicas e sociais dos indivíduos, sendo as políticas públicas reduzidas a ações residuais ou marginais, compensatórias, tendo em vista o alívio de situações de pobreza extrema.

Essa abordagem justifica a utilização da noção de mínimos sociais, tão valorizada pela ideologia neoliberal, como critério de definição de políticas de satisfação de necessidades básicas. Apesar de largamente defendida por estudiosos e utilizadas em políticas sociais, a centralidade nos mínimos sociais para garantir as necessidades básicas não constitui um horizonte de trato da pobreza na perspectiva de viabilizar direitos sociais e uma proteção social que deve ter o Estado como principal fiador.

Nosso entendimento é de que o sistema de produção capitalista, centrado na expropriação e na exploração dos trabalhadores e da natureza e a repartição injusta e desigual da distribuição da riqueza socialmente distribuída, são responsáveis pela criação de um processo excludente, gerador e reproduzidor da pobreza, “entendida enquanto fenômeno estrutural, complexo, de natureza multidimensional, não podendo ser considerada como mera insuficiência de renda” (SILVA, 2010, p. 157).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir do exposto, nossos achados iniciais indicam a necessidade urgente e necessária de levar a discussão da pobreza para o

interior das escolas. No entanto, temos que estar atentos porque não é a discussão que já vem sendo feita, mas uma construída com os coletivos desiguais, que leve em consideração principalmente a diversidade, sob pena de compreender que todos os pobres são iguais em carências e necessidades. Os coletivos desiguais trazem para escola um leque de demandas nem sempre só explicada pela sua condição de carência material, mas de preconceito, exclusão e violências.

Nossa proposta é para a discussão de pobreza e educação evitar compreender a pobreza sob uma única perspectiva, a econômica, que contempla exclusivamente a falta de renda e limita um valor que determina o ingresso ou não da população pobre em programas sociais, é desconsiderar as diferentes facetas que a condição de pobreza se apresenta para milhões de pessoas. Possuir uma renda per capita de até um quarto do salário mínimo numa região rural cujo acesso aos serviços de saúde, educação, assistência social, transporte são difíceis, obrigando a população a se deslocar, por vezes, cerca de 20 quilômetros para chegar a unidade básica de saúde mais próxima ou diariamente para estudar, carrega muitas diferenças quando comparamos com quem possuem a mesma renda, no entanto o acesso aos serviços públicos se dá sem grandes dificuldades. Esse exemplo simples ilustra como determinar a pobreza utilizando como único critério a renda, como observamos na maioria das políticas públicas, exclui muitas possibilidades de elaboração de programas sociais que viabilizem direitos historicamente negados.

Enfim, a relação entre pobreza e educação é bastante complexa e deve ser pautada e construída nas escolas a partir de um diálogo com os coletivos desiguais e movimentos sociais que vem fazendo um papel de resistência diante de tamanhas violações de direitos e desmonte dos serviços públicos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROYO, Miguel G. **Pobrezas, desigualdades e educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. 13ª edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- FONSECA, Zilma. Exclusão-inclusão: circularidade perversa no Brasil contemporâneo. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, v. 12 n. 2, p. 231-252, maio/ago. 2014.
- HUGO, Victor. **Os miseráveis**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos e esboços da crítica da economia política. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro, RJ: Ed. UFRJ, 2011.

MESZAROS, István. **A educação para além do capital**. 2º edição. São Paulo: Boitempo, 2008.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2006.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil**: afinal do que se trata? Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

SACRISTÁN, J. Gimeno. Currículo e diversidade cultural. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antonio Flávio (Org.). **Territórios contestados**: o currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1995.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katálasis**. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 155-163 jul./dez. 2010.

YANNOULAS, Silvia Cristina; ASSIS, Samuel Gabriel; FERREIRA, Kaline Monteiro. Educação e pobreza: limiares de um campo em (re) definição. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas: São Paulo, v. 17, n. 50, p.329-426, 2012.

YANNOULAS, Silvia Cristina (Coord). **Política educacional e pobreza**: múltiplas abordagens para uma relação multideterminada. Brasília: Liber Livro, 2013.